

DO IHGB A MONTEIRO LOBATO, DO CIENTÍFICO AO LITERÁRIO: (RE) SIGNIFICAÇÕES DO DIÁRIO DE HANS STADEN

DÉBORA MEIRA DOS SANTOS

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

RESUMO

Publicado em 1557 em Marburg, na Alemanha, o *diário de Hans Staden* adquiriu sucesso de publicação e circulação pela Europa, devido ao relato de viagens à América Portuguesa. Este livro seria rememorado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1882, traduzido por Tristão de Alencar Araripe. Em 1900, Albert Löfgren publicaria uma nova tradução na mesma revista do IHGB. Com o intuito de ampliar a circulação e o público alvo, Monteiro Lobato se propõe a realizar uma adaptação do livro, dando a esta uma linguagem mais acessível ou uma "ordenação literária". A partir da localização destas publicações, buscarei compreender o porquê de este livro do século XVI assumir um valor emblemático pelos seus diferentes tradutores. E neste sentido, como cada um atribuiu novas leituras e significações a este material.

PALAVRAS-CHAVE: Hans Staden; IHGB; Monteiro Lobato; literatura.

ABSTRACT

Published in 1557 in Marburg, Germany, the diary of Hans Staden acquired successful publication and circulation in Europe, due to reporting trips to Portuguese America. This book would be recollected by the Brazilian Historical and Geographical Institute in 1882, translated by Tristan de Alencar Araripe. In 1900, Albert Löfgren publish a new translation in the same issue of IHGB. In order to increase the circulation and the target audience, Monteiro Lobato proposes to hold a book adaptation, giving this a more accessible language or a "literary sort". From the location of these publications I will seek to understand why this book of the sixteenth century take on an emblematic value for their different translators. And in that sense, as each new readings and meanings attributed to this material.

KEYWORDS: Hans Staden; IHGB; Monteiro Lobato; literature.

Introdução

Em 1557, foi publicado em Marburgo, na Alemanha, um livro escrito por um viajante de nome Hans Staden¹. Este relato foi produzido após as suas experiências vividas no Novo Mundo e, principalmente, devido ao seu aprisionamento durante nove meses por indígenas Tupinambás, praticantes de rituais antropofágicos. Com o intuito de tornar público o seu relato de sobrevivência, já que Hans Staden ficou sob constante ameaça de ser sacrificado em um ritual², o viajante produziu seu livro logo após o seu retorno à Alemanha, a sua “muito querida pátria”. Relato esse que, segundo Staden, buscava sobretudo louvar e agradecer a Deus pela salvação concedida.

Hans Staden deu ao seu livro o longo título de: *História verdadeira e descrição de uma terra de selvagens, nus e cruéis comedores de seres humanos, situada no Novo Mundo da América, desconhecida antes e depois de Jesus Cristo nas terras de Hessen até os dois últimos anos, visto que Hans Staden, de Homberg, em Hessen, a conheceu por experiência própria e agora a traz a público com essa impressão*³. A primeira edição príncipes, de 1557, foi impressa em Marburg, na “Folha de Trevo” por André Kolbe. Alcançou rapidamente sucesso de público ao obter, no mesmo ano, mais três edições.

O livro de Hans Staden está dividido em duas partes e em duas formas de escrita. Na primeira parte, Staden narra sua experiência no Novo Mundo, as duas viagens feitas à América Portuguesa, seu aprisionamento, resgate e regresso à Alemanha. Na segunda parte, *Um breve e verdadeiro relato sobre os costumes e os rituais dos Tupinambás*, Staden expõe de forma descritiva a terra, seus habitantes, as expressões de religiosidade e o ritual de antropofagia dos indígenas tupinambás. Nas duas partes, Hans Staden evidencia seu conhecimento de astronomia, importante no momento das grandes navegações. Já que a construção de novos estudos sobre a latitude, longitude, dos ventos e estrelas, garantia a segurança aos viajantes e conferia a estes, segundo Patrícia Seed⁴, um lugar social dentro da Europa. Além do conhecimento de astronomia, a descrição dos aspectos sociais e culturais dos

166

¹ O livro de Hans Staden é um dos primeiros relatos sobre a América Portuguesa e as relações entre colonizadores e colonizados. Em 1557, foram publicados os primeiros livros sobre o Brasil: o livro de Hans Staden; e *Singularidades da França antártica*, de André Thevet.

² Digo sacrificado, pois, a morte dos prisioneiros, feitos em conflitos entre indígenas e não indígenas – também entre indígenas de diferentes etnias –, estava conectado a uma visão cosmogônica. Ou seja, a morte dos inimigos (vingança), fosse indígena ou não, garantia a continuidade de uma temporalidade. Ver mais em: CUNHA, Manuela Carneiro. CASTRO, Eduardo Viveiros. Vingança e temporalidade: os Tupinambás. In: *Journal de la Société des Américanistes*. Tome 71, 1985, p. 191-208.

³ O livro no seu formato original, de 1557, encontra-se disponível digitalizado no site da Biblioteca Nacional:
http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or813739/or813739.pdf

⁴ SEED, Patrícia. “Novo céu e novas estrelas”. In: *Cerimônias de posse na conquista Européia do Novo Mundo (1492-1640)*. São Paulo: UNESP/Cambridge, 1999. A historiadora Heloisa Gesteira, nos ajuda a pensar a importância do estudo de cosmografia na sociedade europeia no século XVII. Ver: GESTEIRA, Heloisa. Representações da natureza: mapas e gravuras produzidos durante o domínio neerlandês no Brasil (1624-1654). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 46, 2008, p. 165-178.

indígenas, realizada na segunda parte, fez com que seu livro fosse considerado uma fonte de dados para os estudos etnográficos⁵.

O autor inicia a primeira parte do livro, contando que se propôs conhecer as Índias em 1547, partindo da Holanda para Portugal. E a partir desta primeira exposição o autor vai pontuando os locais pelos quais passaria, afirmando que o colocaram como artilheiro de um navio cujo capitão chamava-se Penteado. Contudo, devido a problemas na navegação, Hans Staden acaba por conhecer a América portuguesa. Com o fim da viagem, Staden retorna a Portugal, de onde regressaria ao Novo Mundo em 1548, mas desta vez com o objetivo de explorar o Peru, terra que era muito rica em ouro e que havia poucos anos fora descoberta. Contudo, haveria novamente problemas na navegação (como o encontro com navios franceses dos quais eram inimigos e a perda de ventos) e Hans Staden acabaria por aportar novamente na América Portuguesa, mais precisamente, em São Vicente. Nesta região, havia muitos conflitos entre indígenas tupinambás, tupiniquins, franceses e portugueses, e em meio a esta situação Hans Staden acabaria por ser capturado e viveria durante nove meses entre os tupinambás. Neste período, Hans Staden compartilharia de seus costumes e conheceria os dos indígenas tupinambás, entre eles, as festas antropofágicas⁶.

Logo após a sua publicação em 1557, o livro teve grande sucesso, o que pode estar vinculado ao caráter de testemunha ocular, a articulação com elementos do imaginário colonial⁷ – como a demonologia e a antropofagia –, ao uso das xilogravuras, da ênfase ao aspecto religioso e na escrita de um prefácio que conferiu credibilidade à obra, pelo professor de matemática e anatomia da universidade de Marburg, Dr. Johann Eichmann e pela sua dedicatória feita ao Príncipe Filipe I, de Hesse. O diário obteve 39 edições entre 1557 e 1715, edições que vão desde a circulação na esfera intelectual europeia, à esfera da literatura infanto-juvenil. Em 1592, por exemplo, o livro de Hans Staden foi traduzido para o latim e em 1567 passou a integrar a segunda coleção de relatos de Sebastian Frank, sendo-lhe concedido o status de “pertinência ao contexto científico da geografia”⁸ ao livro.

As primeiras edições no Brasil só ocorreriam no final do século XIX o que, segundo Zinka Ziebell, gerou “certo orgulho nacional e a busca da preservação de valores do que poderíamos designar como *Deutschtum*, ou sentimento de ‘germanidade’ nos círculos de descendência alemã no Brasil”⁹. Mas, além de sua importância para os alemães que residiam no Brasil, o livro atenderia aos

⁵ Francisco de Assis Carvalho e Franco ressaltam a importância do trabalho de Hans Staden, como uma autorizada fonte da etnografia sul-americana, importante para os estudos geográficos, históricos e etnográficos. In: STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2008.

⁶ Para compreensão da criação do termo canibal e do termo antropofágico ver: LESTRINGANT, Frank. *O canibal. Grandeza e decadência*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

⁷ GRUZINSKI, Serge. *A colonização do imaginário. Sociedades Indígenas e Ocidentalização no México espanhol: séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

⁸ ZIEBELL, Zinka. *Terra de canibais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002, p. 244.

⁹ *Ibid.*, p. 247.

interesses de intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, de construir uma história do Brasil. Pois, o livro de Hans Staden trazia o relato da experiência de um viajante que contatara diretamente com povos indígenas expondo seus costumes e cultura. E devido a isto, configurava para os intelectuais do IHGB e do IHGSP uma experiência etnográfica de considerável relevância, a partir da suposição de uma unidade cultural ameríndia, o estudo do “passado remoto dos indígenas” ia ao encontro com a construção de uma história nacional neste período¹⁰. “Buscando construir uma memória nacional, tomaram os relatos dos primeiros viajantes europeus, mas os leram segundo as necessidades e possibilidades de seu tempo¹¹”.

Entretanto, as apropriações feitas do livro de Hans Staden iam ser realizadas para além da circulação científica dada pelo IHGB e pelo IHGSP, pois com o intuito de ampliar e diversificar o público alvo, Monteiro Lobato iria adaptá-lo para uma linguagem literária, com edições para adultos e para crianças. Procurei localizar o livro de Hans Staden, a fim de poder compreender a importância concedida a ele na história do Brasil, segundo a exaltação do IHGB, IHGSP e de Monteiro Lobato. Segundo Lobato: “É inestimável o valor das memórias de Hans Staden, o aventureiro alemão que esteve prisioneiro dos tupinambás oito meses durante o ano de 1550”¹². Buscarei chamar atenção ao caráter múltiplo ou plural adquirido pelo livro de Hans Staden, dado através das diferentes leituras e traduções do IHGB e de Monteiro Lobato.

168

Uma história nacional em vias de construção

Debatendo aproximações e afastamentos entre a clássica concepção de história e o conceito de história na modernidade, no século XIX, Fernando Catroga propõe pensá-los em relação ao invés de ressaltar apenas rupturas. Refletindo acerca de uma concepção moderna de história, Fernando Catroga chama atenção para a manutenção de preceitos de uma concepção antiga de história na modernidade, como a tentativa de vê-la como uma disciplina que ensinava sobre o passado. Catroga afirma a manutenção deste preceito, afim de defender sua tese da correlação entre história e memória¹³ na construção de

¹⁰ KODAMA, Kaori. “Os estudos etnográficos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1840-1860): história, viagens e questão indígena”. In: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*. Belém, v. 5, n. 2, 2010, p. 253-272.

¹¹ ABREU, Marcia. Da fé em Deus à brasilidade: uma história do livro e da leitura em Duas viagens ao Brasil, de Hans Staden. In: MARI, Hugo; WALTY, Ivete; VERSIANI, Zélia (Org.). *Ensaio sobre Leitura*. Belo Horizonte: Pucminas, 2005, p. 223.

¹² LOBATO, Monteiro. *Aventuras de Hans Staden*. Prefácio da 1ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1927.

¹³ Fernando Catroga discute afundo tais questões acerca da ideia memória e história no século XIX no texto: CATROGA, Fernando. “Recordação e reconhecimento”. In: *Memória, História e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

ideais de nação (Estado, esfera política pública) e pátria (territorialidade, pertencimento, afeto), no momento de formação dos Estados-Nação¹⁴.

(...), é lógico que tenha sido na modernidade, e sobretudo no século XIX, que este ritualismo memorial ganhou a sua mais pública expressão podendo mesmo sustentar-se que aquele foi o 'século da memória' (Pierre Nora, 1984). Mas foi também, e não por acaso, o 'século da história', isto é, o século da construção mítico-simbólica da nova ideia de nação¹⁵.

Fernando Catroga chama atenção para a elaboração de um método de crítica e análise da operação historiográfica que buscava uma leitura plural e complexa dos acontecimentos, e somava-se a uma representação do passado, objetivando a construção de uma história e uma identidade nacional. A construção de uma história nacional recorreu, fundamentalmente, à ideia de memória enquanto um lugar de preservação (e esquecimento) no presente. E no Brasil, no século XIX, a valorização no estudo da história esteve associada à tentativa de manutenção de ideais nacionalistas e patrióticos, num momento de afirmação do poder imperial, onde a memória (enquanto lugar de (re) construção e salvamento de algo, mas também de esquecimento) faria parte da criação das narrativas históricas: enredos e personagens¹⁶. Francisco Gouveia de Sousa traz uma ideia interessante para pensarmos o significado desta história nacional no Brasil, este "estava comprometido justamente com a construção e a divulgação de um sentimento nacional, um movimento de dar forma ao passado, (...), por um conjunto de molduras¹⁷", e Sousa conecta-se à ideia de tradição para conformação desta moldura ou, enquadramento.

No Brasil, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em fins do século XIX e ao longo do XX, era visto como a instituição por excelência no estudo e elaboração de uma história nacional. Diversos intelectuais tomaram para si essa tarefa do IHGB, no qual se buscava construir uma moderna história do Brasil e se somava à tentativa de elaboração de uma identidade nacional e de uma pátria¹⁸. Para a escrita dessa história havia a preocupação sobre quais

¹⁴ CATROGA, Fernando. "Ainda será a História Mestra da Vida". In: RIOS, Kenia e Furtado, João E. (orgs.) *Em Tempo: história, memória e educação*, Fortaleza, Imprensa Universitária, 2008, p. 9-38.

¹⁵ CATROGA, Fernando. "Recordação e reconhecimento". In: *Memória, História e historiografia*. 2001, p. 29.

¹⁶ Temístocles César denomina como "Retórica nacional" a criação de enredos e personagens que representam a história nacional, compondo o que ela deveria ensinar. A ideia de personagens, ou heróis da nação, é problematizada de forma mais aprofundada por: ENDERS, Armelle. *Os vultos da nação*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2014. Maria da Glória Oliveira trabalha investiga a produção de biografias como forma de celebração dos grandes heróis da nação, ver: OLIVEIRA, Maria da Glória. "Traçando vidas de brasileiros distintos com escrupulosa exatidão: biografia, erudição e escrita da história na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1850)". In: *História*, v. 26, n. 1, 2007, p. 154-178.

¹⁷ SOUSA, Francisco Gouveia de. *Proclamação e revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880/1900)*. Tese de doutorado em História, PUC- Rio, 2012.

¹⁸ Ver mais em GOMES, Ângela de Castro. "É a história uma ciência?": o IHGB e os historiadores

elementos conformariam a identidade nacional, o sentimento de pátria, a memória nacional, e mesmo o quê e quem conformava a ideia de nação¹⁹. Essa história do IHGB faria o esforço de unificar momentos, memórias, selecionar quais seriam os “heróis da nação”²⁰ e resolver tensões internas no país.

Dentre as obras produzidas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em fins do século XIX, chamaram a minha atenção as publicações do livro de Hans Staden, em função da atenção a ele dispensada por um instituto que se arrogara a função de fazer a história do Brasil. Por dizer sobre um passado das experiências coloniais, através do relato de um viajante que vivenciou diretamente as experiências na América Portuguesa, sendo, portanto, testemunha ocular dos usos e costumes dos indígenas – referência de verdade que a cientificação da história passara a exigir –, este livro adquiriu uma importância para aqueles que a (re) significaram em suas publicações. E desta forma, esta rememoração do livro no XIX e no XX não poderia ser vista como algo neutro, já que atendia ao novo olhar e aos novos investimentos feitos pelos institutos históricos, como o IHGB, num momento em que a história do Brasil estava sendo escrita pelos intelectuais, a fim de atender a um projeto nacional²¹.

(...), chegando ao século XX como uma das exigências por excelência das sociedades contemporâneas, sobretudo para aquelas que viveram experiências traumáticas: o dever de memória, a obrigação de permanentemente lembrar-se dos feitos realizados como condição de encontrar um lugar no presente. (...). Esse ato de lembrança, realizado num presente, torna-se a condição de fazer visível o invisível do passado²².

170

Em 1892, *Relação verídica e sucinta dos usos e costumes dos Tupinambás* foi traduzido por Tristão de Alencar Araripe e publicado pela primeira vez no Brasil, na *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do Rio de Janeiro*. Tristão Araripe, não publicou o livro de Hans Staden no seu formato original, excluindo partes importantes do livro: a dedicatória ao príncipe Felipe

da Primeira República”. In: *A República, a história e o IHGB*. 2ª ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

¹⁹ Ver tal discussão de forma aprofundada em CATROGA, Fernando. “Pátria, nação e nacionalismo”. In: SOBRAL, José Manoel e VALA, Jorge (orgs.). *Identidades nacionais: inclusão e exclusão*. Lisboa: ICS, 2010. Fernando Catroga discute a fundo questões acerca da ideia ou conceito de memória e história no século XIX no texto Recordação e reconhecimento. In: *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

²⁰ Armelle Enders trabalha com o conceito de herói em ENDERS, Armelle. *Os vultos da nação*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2014.

²¹ Sobre a auto-legitimação do Instituto histórico e geográfico de uma escrita verdadeira sobre a história do Brasil, e a pluralidades de concepções pelos intelectuais do IHGB de qual seria esta história do Brasil, ver em CEZAR, Temístocles. “Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. A historiografia brasileira entre os antigos e os modernos”. In: *Estudos de historiografia brasileira*. 2011. Ver também GOMES, 2012, p. 21-81.

²² GUIMARÃES, Manoel Salgado. “O presente do passado: as artes de Clio em tempo de memória”, em ABREU, Marta, SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca (Orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de História*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 26-27.

I, o prefácio do Dr. Dryander, e as xilogravuras. Digo importantes, pois estes elementos eram fundamentais para a construção do discurso de Hans Staden de que seu livro era um relato verdadeiro, ou seja, a dedicatória, o prefácio e as xilogravuras são instrumentos através dos quais Staden buscou infundir confiança no leitor, sendo criados e alocados estrategicamente pelo autor. Tais partes também eram fundamentais para a afirmação da conduta religiosa de Staden, onde ele ratifica que seu livro era um testemunho dos milagres de Deus ou, da ação divina sobre aqueles que mantinham a fé diante das imprevisibilidades.

“Na Revista Trimensal de 1889 inculquei a conveniencia da tradução e publicação das memorias concernentes á primitiva istoria brazilica encorpadas na coleção dos nossos documentos istoricos. Esta relação de Hans Staden é uma d’essas memorias; por isso a traduzi e agora apresento para imprimir-se”²³.

Devido aos seus objetivos, como por exemplo, o público científico que desejava alcançar, Tristão Araripe retirara partes do livro que fundamentavam o direcionamento religioso dado por Staden. O relato de Staden servia, para Araripe e para os leitores da Revista (que eram os próprios membros do IHGB), como algo que informava sobre os “primórdios” da nação, e que criava uma memória da “história antiga” e sobre os indígenas. E ao dizer, minuciosamente sobre os costumes, o cotidiano da vida dos indígenas, a religiosidade tupinambá e os rituais de antropofagia, o livro de Staden era rico em informações para a pesquisa etnográfica.

Para realizar a publicação do livro de Hans Staden, Tristão Araripe utilizou-se de uma tradução feita por Enrique Ternaux Campans para o francês (traduzida do latim), publicada em Paris em 1837, e desta forma, não realizou uma tradução do livro de Hans Staden a partir da língua alemã. No final da sua publicação, Araripe afirma que realizou uma tradução em “linguagem vernácula”, e indica aos leitores a leitura da “Advertência” na *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, de 1889, na qual ele explica o significado de “linguagem vernácula”. “Alem dos termos obsoletos e das transposições, o estilo irregular do autor dificulta a inteligência do texto, e exige acurada atenção e a repetição da leitura para combinar os períodos e perceber o sentido das orações”²⁴.

Desta forma, a ideia de tradução que Tristão Araripe estava se referindo, significava o uso de um vocabulário que facilitasse a leitura por ser familiar aos leitores da *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. A ideia de vocabulário, aqui empregada, nos remete à ideia de multiplicidade de possibilidades e mobilidade na escolha e uso das palavras. Assim, como o

²³ ARARIPE, Tristão de Alencar. “Relação veridica e sucinta dos uzos e costumes dos Tupinambás.” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo LV, Parte I, 1892, p. 264.

²⁴ ARARIPE, Tristão de Alencar. “Istoria de uma viagem feita à terra do Brazil”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Tomo LII, Parte II, 1889, p. 112.

vocabulário demanda diferentes formas de interpretação, Araripe estava condicionando a leitura de Hans Staden a partir da sua ótica de leitura e direcionamento do livro (aos leitores do IHGB) e, desta forma, (re) memorando e (re) significando o livro de Staden. “A tradução facilita ao leitor nacional a leitura, e ficarei satisfeito do enfadonho trabalho, a que me dei, si com efeito assim suceder²⁵”.

A publicação do diário de Hans Staden atendia aos objetivos da pesquisa histórica e etnográfica²⁶ do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. E seria considerada uma obra importante na instrução e salvação de uma memória nacional; contudo, a tradução feita por Tristão Araripe não agradaria e atenderia a todas as exigências quanto à definição de uma história científica e moderna. Alberto Löfgren realizaria uma outra tradução do livro de Staden, que buscava atender melhor à elaboração de uma história verídica do passado da nação.

Alberto Löfgren foi um dos sócios do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGBSP) desde a sua fundação em 1894, pelo Dr. Domingos Jaguaribe, Dr. Estevam Leão Bourroul, Dr. Antônio de Toledo Piza e pelo Dr. Cesario Motta Junior. Podemos ver que o IHGBSP, assim como o IHGB, tinha por propósito a realização de pesquisas de cunho científico, com o objetivo de produzir conhecimento sobre a história nacional e construir uma memória da nação brasileira. O IHGBSP também buscava retirar da obscuridade e salvar (na memória nacional) um passado que remetia ao período da colonização, nas palavras de João Monteiro, a leitura da trajetória desde as “origens do povo”, momento do contato entre europeus e os indígenas, até o momento da instauração do governo republicano, levaria à compreensão do progresso da nação americana. Progresso que deveria ser estudado pelos brasileiros, e caminho que deveria ser imitado.

Nesse contexto, Alberto Löfgren, um botânico sueco, naturalizado brasileiro, realiza em 1900 uma nova publicação do livro de Hans Staden, pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. Intitulado *Hans Staden: suas viagens e captivo entre os selvagens do Brasil*, o livro foi publicado numa edição comemorativa do 4º centenário da chegada dos portugueses ao Brasil. Desta forma, a meu ver, o livro acabava por adquirir outra significação através, por um lado, da ocasião escolhida para sua publicação, que era significativa para uma história nacional e patriótica. Já que era um momento em que (re) memorava-se o descobrimento do Brasil, o encontro entre indígenas e não indígenas (a descoberta do outro), e o passado nacional. E por outro lado, o livro de Hans Staden dizia sobre o passado de São

²⁵ Ibid.

²⁶ Desde a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, as pesquisas foram direcionadas para a construção de uma identidade nacional, onde a criação de um “passado comum” era parte importante, para os intelectuais do IHGB, na elaboração de um discurso que homogeneizasse a história, uma história nacional. Para auxiliar na coleta e estudo dos elementos que representassem as “origens”, contribuindo para a construção do discurso histórico, a etnografia seria a ferramenta por excelência dos intelectuais do IHGB. Ver: KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

Paulo, mais precisamente, da capitania de São Vicente, tendo um valor emblemático para a história de São Paulo.

Utilizando-se de um exemplar adquirido por Eduardo Prado em Paris da primeira edição de 1557, a tradução de Albert Löfgren, diferente da realizada por Tristão Araripe, segue a estrutura do livro como na publicação original. Contendo a dedicatória ao príncipe Felipe I, o prefácio do Dr. Dryander, a oração de Hans Staden, o discurso final e todas as xilogravuras. Além de manter a mesma estrutura, o ponto mais importante para Löfgren, da sua tradução em relação a de Araripe, dava-se pela utilização da edição de 1557 e, assim, da língua "original" alemã. Diferente da tradução em "linguagem vernácula" de Tristão de Alencar Araripe, Löfgren realizaria uma "tradução literal" e, desta forma, a obra assumia o caráter científico e verídico desejado pelos "homens de letras".

A leitura e (re) significação do livro de Hans Staden, feitas por Albert Löfgren, buscavam atender a uma qualificação ou atribuição dos moldes de uma história científica, orientada pela busca de algo verdadeiro. E o *status* de "cientificidade", seria conferido, para Löfgren, através de uma "tradução literal", que compreendia a conservação do "método e linguagem do autor, mesmo com todas as suas imperfeições", diferente, assim, do proposto pela tradução em "linguagem vernácula" de Tristão Araripe.

173

"A primeira apareceu em 1892 na Revista do Instituto Historico e Geographico do Rio de Janeiro, volume 55, parte I, e tem por autor o Dr. Alencar Araripe que adoptou a ortografia fonética. O original que lhe serviu para este trabalho foi a edição francesa da collecção Ternaux Compans, que provavelmente, por sua vez, fôra traduzida da versão latina. Comparando as duas, vê-se que a traducção é fidelíssima, mas não sendo o trabalho feito à vista do original allemão, não se póde que se afaste bastante deste, principalmente no estylo que de todo foi omitido, mas que dá um cunho característico, como que lembrando aquella época"²⁷.

A escrita da história, a criação de uma memória nacional, deveria ser fidedigna, verídica, para ser científica e lida pelas "nações cultas". Para Albert Löfgren, o fato de reproduzir o estilo de escrita e linguagem de Hans Staden lembrava "aquella época", como se, com isto, criasse uma imagem ou captura de um passado. Esta imagem, dada através do olhar e escrita de Hans Staden, transportava os leitores para um passado colonial, para uma leitura etnográfica, das "origens" e primórdios da nação.

Tendo o ilustrado Dr. Eduardo Prado adquirido em Pariz um exemplar original da primeira edição de Marburg, de 1557, começámos a comparar este original com a traducção

²⁷ LÖFGREN, Albert. *Hans Staden: suas viagens e cativo entre os selvagens do Brasil*. São Paulo: Tipográfica da Casa Eclectica, 1900, p. 07.

portuguesa e chegamos á conclusão de que talvez houvesse vantagem em dar uma nova edição deste livro tao interessante para a nossa historia. Deliberamos então cingir-nos estrictamente ao methodo e linguagem do autor, conservando integralmente a orthographia dos nomes próprios dos logares, cousas e pessoas e, quanto possivel, o próprio estylo simples e narrativo, com todas as suas imperfeições, e quer nos parecer que no nosso modesto trabalho não haja a menor omissão²⁸.

Desta forma, vemos novamente a ideia de uso ou emprego de um vocabulário, como forma de ação do indivíduo, onde as palavras aparecem como parte importante na construção de uma forma de escrita (a forma que se quer dar), de pensamentos e de ações que o escritor busca condicionar ao leitor, ou condicioná-lo a sua tese. Márcia Abreu propõe o uso da ideia de *mise em texte*, proposta por Roger Chartier, para compreensão da representação na linguagem escrita. Significa o emprego, no texto, de técnicas linguísticas e estéticas bem como de convenções literárias e sociais, postas em funcionamento que buscam conduzir a leitura. “Ao mesmo tempo que permitem a compreensão quanto tentam garantir determinada interpretação”²⁹.

A tradução do livro na sua escrita original e de forma literal, que conservasse o estilo e linguagem de Hans Staden, era apresentada por Albert Löfgren como mais fidedigna e, desta forma, atenderia melhor aos seus leitores ou público alvo, constituído pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de São Paulo. Assim, podemos perceber, o conceito de história estava em discussão e construção pelos intelectuais de instituições que tinham o status de cientificidade. A história que buscava ser construída e escrita, deveria buscar fontes dos “primórdios” do Brasil e expô-las na sua forma original³⁰. Podemos ver também, como a construção de uma história nacional ocasionou a rememoração de um livro do século XVI (que dizia sobre o período de colonização, a terra e seus habitantes) e a sua (re)significação por diferentes intelectuais, que dariam, a partir das suas perspectivas de construção da história, versões distintas o livro de Hans Staden.

Propondo uma leitura não científica e literal para alcançar um público maior e mais diversificado, Monteiro Lobato faria sua própria leitura do livro de Hans Staden. Ampliando e multiplicando as significações atribuídas ao livro, Lobato realizaria uma “ordenação literária” da tradução feita por Albert Löfgren e, indo além, o literato criaria uma nova forma para o diário, ao criar uma versão infantil, ambientado pelos personagens do Sítio do Pica-Pau Amarelo.

²⁸ LÖFGREN, 1900, p. 07.

²⁹ CHARTIER, Roger. “Do livro à leitura”. In: *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. *Apud* ABREU, Márcia. “Da fé em Deus à brasilidade: uma história do livro e da leitura em *Dois viagens ao Brasil*. P. 209. (Nota de rodapé).

³⁰ Manoel Salgado trabalha com a busca por institutos históricos, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pelas “origens” ou primórdios do Brasil para construção de uma história do Brasil. Ver mais em: GUIMARÃES, Manoel Salgado. “Reinventando a tradição: sobre o antiquariado e a escrita da História” em RIOS, Kenia e Furtado, João E. (orgs.) *Em Tempo: história, memória e educação*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008, p. 39- 80.

O diário de Hans Staden para além do IHGB: (re) significação literária

A passagem do século XIX para o XX, momento de Proclamação da República e, como consequência, a instauração de uma nova ordem política e simbólica, trouxe consigo uma nova leitura e uso do conceito de nação pela literatura. Como nos mostra Flora Sussekind no seu artigo "O escritor como genealogista", o conceito de nação fora pensado fortemente ainda em meados do século XIX por literatos românticos, como José de Alencar, com o intuito de "abrir a cortina do passado, tirar um Brasil-nação de lá". Onde a necessidade de formação de um Brasil-nação ou de consciência nacional objetivava contrapor à sucessão de rebeliões provinciais do período regencial e do começo do Segundo Reinado a imagem de um território indiviso e singular³¹. Nas primeiras décadas que seguem à Proclamação, o conceito de nação estaria vinculado a um ideal republicano³² que buscava exaltar uma busca pelo progresso e modernização, onde a literatura funcionaria como um veículo de tais ideais.

O campo literário modificava-se e gradativamente ganhava espaço nas discussões políticas e sociais acerca da conformação da nacionalidade, tornando-se, desde fins do século XX, um espaço fértil para estudo por historiadores que buscavam compreender a construção do conceito de nação no Brasil. Neste contexto é que identifico a importância da análise da atuação do literato Monteiro Lobato na adaptação do livro de Hans Staden. É preciso pontuar que Lobato, como outros literatos, estava envolvido com discussões acerca da construção de um ideal de nação (na participação e incentivo na *Revista do Brasil*, envolvido com as campanhas higienistas, na defesa da Liga de Defesa Nacional³³) e via a literatura como um meio de realizá-la (editando livros com o objetivo de torná-la acessível à todos os públicos e criando uma linguagem pedagógica própria para as crianças, já que, através da literatura, seria capaz de se instruir e formar cidadãos nacionalistas).

³¹ SUSSEKIND, Flora. "O escritor como genealogista: a função da literatura e a língua literária no romantismo brasileiro". In: PIZARRO, Ana. *América Latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo: UNICAMP, 1993.

³² Trabalhando com o conceito de nação, Hugo Achugar mostra-nos como na América Latina o conceito deve ser visto a partir das considerações da forma do governo (monarquia, império e república) e que este não se desenvolve com a mesma periodicidade e ritmo idêntico em todos os países. Ver: ACHUGAR, Hugo. "A escritura da história ou a propósito das fundações da nação". In: *Histórias da literatura: teorias, temas, autores*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003.

³³ Fundada em 1916 no Rio de Janeiro por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon, a Liga da Defesa Nacional visava estimular o patriotismo, propagar a instrução primária, profissional, militar e cívica. Foi fundada em São Paulo também um ano depois a Liga Nacional, tendo, como muitos dos seus acionistas integrantes, membros da *Revista do Brasil*. Monteiro Lobato não se filiou oficialmente à Liga de defesa nacional, mas esteve sempre presente nos debates sobre os problemas nacionais, e nunca deixou de opinar sobre os assuntos que afetavam a vida do país; inclusive assina alguns dos manifestos da Liga, como em 1918 a candidatura do médico sanitário Luís Pereira Barreto, também diretor da *Revista do Brasil*. AZEVEDO, Carmem L; CAMARGOS, Marcia; SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato: Furacão na Botocúndia*. 2001, p. 150-156.

Monteiro Lobato criticava a edição de obras estrangeiras como “O coração” de Amicis, que ressaltava fortes vínculos com o nacionalismo da unificação italiana, apresentado aos leitores brasileiros como um livro para educação cívica e sendo adotado nas escolas. Para ele, obras nacionalistas, livros como o livro de Hans Staden contavam a história do Brasil e deveriam ser utilizadas para educação cívica. Porque, “O coração” apresentava um nacionalismo italiano, o que nada contribuía na instrução e educação das crianças brasileiras.

Que é que nossas crianças podem ler? [Indaga a Godofredo Rangel] Não vejo nada. (...). Como tenho um certo jeito para impingir gato por lebre, isto é, habilidade por talento, ando com a ideia de iniciar a coisa. É de tal pobreza e tão besta a nossa literatura infantil, que nada acho para a iniciação de meus filhos. Mais tarde só poderei dar-lhes o Coração de Amicis – *um livro tendente a formar italianinhos*³⁴.

Embora o livro de Hans Staden já tivesse sido traduzido e publicado por mais de uma vez pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Monteiro Lobato quis realizar uma “ordenação literária” deste material, ou seja, a partir da tradução de Albert Löfgren, o autor ressaltava que tinha por objetivo remodelá-la e torná-la acessível a um maior número de leitores. Nesse sentido, Lobato reescreveria este material no seu próprio estilo, a partir das perspectivas ou concepções que tinha de literatura, tradução e edição. Reescrever seria estabelecer um recorte do que deveria ser relevante informar aos leitores e também interessá-los, ou seja, uma manipulação de sentidos que ultrapassaria a tradução literal que desejasse apenas informar ou ensinar. Ao realizar uma ordenação literária, Lobato buscou tornar o conhecimento prazeroso e acessível a todos, visto que o estilo de tradução literal de Löfgren:

Ora, as traduções literais podem ser muito interessantes para os estudiosos de uma obra, não para o público, visto como a falta das qualidades modernas de clareza e ordem literária dificultam a leitura para a grande maioria dos leitores, composta de curiosos apenas interessados na história e não no estilo bárbaro em que foi escrita³⁵.

Pela sua editora *Companhia Editora Nacional*, Monteiro Lobato publicou uma edição do livro de Hans Staden em 1925, intitulando-a *Meu cativo entre os selvagens do Brasil*. Nela, foi apresentada apenas a primeira parte do diário, em que Staden relata a sua experiência de viagem e aprisionamento pelos índios tupinambás. Lançado com três mil exemplares, um número que pode considerar-se significativo, visto que grandes romancistas deste período como Olavo Bilac, Luís Murat e Guimarães Passos alcançavam entre mil e três

³⁴ Carta a Rangel, Fazenda, 13/9/1916. LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre: quarenta anos de correspondência literária entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel*. Tomo II, p. 104-105. Grifo meu.

³⁵ LOBATO, Monteiro. *Hans Staden, suas viagens e cativo entre os índios do Brasil*. 4ª ed., São Paulo: Companhia editora nacional, 1945, p. 9.

mil tiragens, e ainda, vale a consideração de que esta obra estava sendo impressa por uma editora no Brasil, o que ainda não era muito comum³⁶. Além do valor concedido por Lobato, devo ainda considerar o sucesso editorial pela acolhida que teve, pois logo em 1926 houve uma segunda edição e em 1927 uma terceira, todas com os mesmos 3 mil exemplares cada.

Em 1927, Lobato adaptou a experiência de Hans Staden para o público infantil e o publicou sob o título *Aventuras de Hans Staden*. Nesta adaptação, a personagem Dona Benta conta para seus netos Pedrinho e Narizinho as "aventuras" vividas por Staden. Assim, o relato de Hans Staden era representado e ambientado por Lobato no espaço, por ele criado, do Sítio do Pica-Pau Amarelo. Desta forma, além de uma "ordenação literária" o literato utilizava-se de uma linguagem pedagógica. O relato de Hans Staden misturava-se à narrativa agradável de dona Benta, às perguntas perspicazes de Narizinho, às observações espertas de Pedrinho e à atuação da Emília, a boneca de pano que fala.

Hans regressou à sua pátria e lá escreveu o livro onde conta estas histórias, livro precioso para nós porque foi o primeiro que se publicou sobre o nosso país.

Agora, que terminei a narração da sua vida atormentada, quero que vocês me digam que lição tiram dela, concluiu vovó.

- Que não devemos desanimar nunca! Exclamou Pedrinho incontinenti.

- Isso mesmo! Aprovou dona Benta. E tu, Narizinho, que lição tiras?

- Que são horas de ir para dentro porque a Emília está pendendo de sono, respondeu a travessa menina, abrindo a boca num bocejo de urutáu³⁷.

Nas ações de Monteiro Lobato, podemos ver que suas obras infantis buscaram proporcionar o conhecimento sobre o Brasil através de uma concepção pedagógica, suas "invenções narrativas"³⁸ faziam parte da forma como Lobato pensava a transformação de um conhecimento num material ensinável e acabou por criar, como destaca Patrícia Hansen, um novo discurso pedagógico, visto que as obras infantis de Lobato em muito se diferenciariam

³⁶ Marisa Lajolo e Regina Zilberman trabalham sobre o surgimento do leitor e da produção de livros por editoras brasileiras, e como o romance e os livros didáticos eram os gêneros de leitura que mais vendiam. Ver: LAJOLO, Marisa. ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1996, p. 14-117.

³⁷ LOBATO, 1927, p. 143.

³⁸ Por meio do uso do folclore, do imaginário e da fantasia, as invenções narrativas de Monteiro Lobato ensinavam as crianças a questionar a veracidade das convenções imposta pelos adultos. Através da personagem Emília, Lobato manifestava e extravasava seu inconformismo e fazia críticas às convenções sociais. AZEVEDO, Carmem L; CAMARGOS, Marcia; SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato: Furacão na Botocúndia*. 2001, p. 164.

de uma literatura cívico-pedagógica de intelectuais como Olavo Bilac³⁹. As “lições” de cunho ético constituem, ao meu ver, a linguagem pedagógica elaborada por Lobato, exploradas pelos seus personagens do Sítio do Pica-Pau Amarelo, como podemos ver na citação abaixo:

- (...). Bem diz a vovó que a história da humanidade é uma pirataria sem fim...
- Infelizmente é verdade, meu filho. Com este ou aquele disfarce de pretexto, o mais forte tem sempre razão e vai [sic] pilhando o mais fraco.
- É a fabula do lobo e do cordeiro... lembrou a menina.
- Qual, cordeiro! Protestou Pedrinho. É a fabula do lobo forte e do lobo fraco.
- Bem pensado! Disse a vovó. Essa fabula não foi escrita por Esopo, nem Lafontaine, mas devia ser a fabula numero um, porque é a que tem mais frequentemente aplicação na vida⁴⁰.

Por fim, em 1945, Lobato ampliaria a sua “ordenação literária” da obra, incluindo a segunda parte do diário – onde Staden buscava informar aos europeus sobre os costumes dos indígenas, sobre o clima e a vegetação do Novo Mundo – e publicando a obra novamente como uma quarta edição, embora esta fosse organizada de forma totalmente diferente da edição de 1925. Esta edição teve o título *Hans Staden: suas viagens e cativo entre os índios do Brasil* e era parte da coleção da *Biblioteca do espírito moderno*⁴¹, da *Companhia Editora Nacional*.

Além das ações de Monteiro Lobato enquanto literato que buscava proporcionar um maior acesso dos brasileiros à leitura (criando uma “ordenação literária” de uma tradução literal e uma leitura pedagógica própria para as crianças), à informação e a livros como o *diário de Hans Staden*, que diziam sobre a história do Brasil, Lobato foi um dos poucos escritores que desempenhou ações enquanto empresário, especificamente, a função de editor. Antes de dizer sobre a função de editor/empresário realizado por Lobato, creio que seja importante destacar a ideia de “tradutor/tradução” aqui pensada para análise do livro de Hans Staden, visto que Lobato utilizou-se da “tradução literal” que Albert Löfgren fizera do livro de Hans Staden a fim de realizar uma leitura e adaptação do material que tornasse a escrita acessível para o grande público.

Acredito que posso pensar o conceito de tradução, neste caso, como uma (re)tradução, ou seja, como propõe Paul Ricoeur, o ato de tradução pode

³⁹ O modo como Lobato pensava uma literatura pedagógica se diferenciava de outros escritores como Olavo Bilac, ao ressaltar o uso de fábulas, mitos, credices populares, elementos de caráter ficcional que na concepção cívico-pedagógica de Bilac eram criticados.

⁴⁰ LOBATO, op. cit., p. 28-29.

⁴¹ A coleção do “espírito moderno” buscou, através da edição de vários títulos, compor uma biblioteca de civilização e cultura para o leitor médio brasileiro. Essa coleção foi um dos sucessos na edição de livros didáticos e não didáticos da editora de Monteiro Lobato e teve longevidade bastante grande, mesmo após sua saída da *Companhia* em 1943 para a fundação da Editora Brasiliense. Ver mais em: FONSECA, Sílvia Assam. *Bibliotheca do Espírito Moderno*: um projeto para alimentar espíritos da Companhia Editora Nacional (1938-1977). São Paulo: PUC-São Paulo, 2010. Tese de doutorado.

significar uma “insatisfação no que concerne às traduções existentes”. A tradução, como propõe Ricoeur, não significa apenas o ato de traduzir no sentido de transferência de uma mensagem verbal de uma língua em outra, podendo ser também um ato de crítica ou de “propor uma outra que se presume, que se pretende melhor ou diferente”⁴². As intenções de Lobato ao (re) traduzir o *Diário de Hans Staden* davam-se, primeiramente, como ele aponta no prefácio, pela sua insatisfação na forma escrita ou traduzida de Löfgren.

Desta forma, a partir da sua crítica à tradução de Albert Löfgren, Monteiro Lobato propôs a realização da sua (re) tradução do livro de Hans Staden através da utilização de uma linguagem com qualidades modernas de clareza e ordem literária; realizando uma seleção, adaptação e interpretação. Ver a linguagem enquanto um constructo do agente, do autor, expõe mais claramente as intervenções da tradução e possibilita atentar para com quais finalidades Monteiro Lobato estava construindo suas obras, chamando atenção para a relação tradutor/autor. Segundo Francisco Gouvêia de Souza⁴³, as palavras compõem a linguagem escrita, contêm historicidade e articulam-se à construção de uma interpretação dada pelo autor. Nesta perspectiva, a linguagem seria criada por intelectuais, instituições (como o IHGB, por exemplo), pela imprensa, pelo teatro para fins de estratégia comunicativa, ou seja, a fim de atingir seus mais distintos objetivos com seus respectivos públicos.

Optei por destacar a ideia de tradução, pois, nesta ação, o tradutor seleciona, recorta, adapta a fim de atingir seus objetivos (no caso de Lobato, atingir a um grande público e proporcionando a instrução de uma nação) e, assim também o faz o editor; contudo, no caso de Lobato, estas ações voltavam-se, a meu ver, às suas articulações como empresário.

Como apontado por Marisa Lajolo e Regina Zilberman, a partir do surgimento do leitor no século XVII na Europa, o livro deixa de ser uma produção artesanal, exercido por hábeis tipógrafos e gerenciado pelo Estado, e torna-se uma atividade empresarial, com a criação de gráficas que buscavam obter lucro com a larga produção e venda de livros. No Brasil, a criação das gráficas e do mercado livreiro foi surgindo, gradativamente, no início do século XX com o incentivo à alfabetização, à leitura e à instrução de adultos, jovens e crianças, e como mostram as autoras, houve a discussão da função e lugar social do literato/escritor, do leitor e do editor⁴⁴.

Idealizadas como a “musa industrial” por José de Alencar, as gráficas (que nesse momento ainda não eram muitas no Brasil) ocupavam lugar fundamental na relação entre os literatos e o mercado livreiro, pois através destas e da ação

⁴² RICOEUR, Paul. “Paradigma da tradução”. In: *Sobre a tradução*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

⁴³ SOUSA, Francisco Gouveia de. *Proclamação e revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880/1900)*. Tese de doutorado em História, PUC- Rio, 2012.

⁴⁴ Para uma leitura mais aprofundada sobre o desenvolvimento da função e lugar social do escritor, leitor e editor ver: LAJOLO; ZILBERMAN, op. cit.

do editor, as obras dos escritores eram selecionadas, aprovadas, produzidas e vendidas. Embora ocupassem o mesmo sistema da escrita e estivessem em diálogo, gráficas/mercado livreiro (lucro/capitalismo) e a literatura/escritores (arte/instrução) emanavam lugares sociais distintos, ou seja, “não se confundem, posto sejam intercomunicantes”⁴⁵. Desta forma, a partir da compra da *Revista do Brasil*⁴⁶ e, conseqüentemente, sua busca pela criação da sua própria gráfica, atuando como editor, Lobato passava a desempenhar funções enquanto empresário, selecionando o que ele presumia que seria melhor para vendas, objetivando, dessa forma, o enriquecimento e prosperidade dos seus investimentos através da venda de revistas e livros; “De produtor de textos a produtor de livros muda a condição do sujeito e muda o objeto com que lida, por consequência, alteram-se os pontos de vista”⁴⁷.

Enquanto editor, um dos principais proprietários da *Companhia Editora Nacional*, Monteiro Lobato compreende ser importante o investimento na edição e publicação de obras que alcancem um grande e variado público, utilizando uma linguagem moderna, numa leitura fácil e instigante. Neste contexto, e em vista da necessidade da formação de uma consciência de nação, o livro de Hans Staden foi editada por Lobato.

As edições de Monteiro Lobato do livro de Hans Staden buscaram informar sobre a primeira obra escrita sobre o Brasil para além de um círculo de intelectuais, para “curiosos apenas interessados na história”, sem preocupar-se com um caráter exclusivo de cientificidade, como eram as edições do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. E para além da propaganda, a ordenação literária neste caso era uma das formas de chamar atenção do público leitor, pois para Lobato a falta de cultura e amor às coisas nacionais se dava pela “descuidosidade de seus filhos em conhecerem os primórdios da formação racial”⁴⁸.

Lobato sabia que sua recriação da obra clássica de Hans Staden era muito diferente das duas traduções já publicadas no país; ela tinha maior importância para a literatura, para a história⁴⁹ e para a nação, ela inviabilizaria a instrução e a formação de adultos e crianças sobre os primórdios do Brasil: “É obra que devia entrar nas escolas, pois nenhuma dará melhor aos meninos a sensação da terra que foi o Brasil em seus primórdios”.

Em vista disso dona Benta não poderia deixar de contar a história de Hans Staden aos seus queridos netos – como não poderão as outras avós e mães deixar de repeti-las [sic] aos seus netos e filhos. Para facilitar-lhes a tarefa é que damos a

⁴⁵ LAJOLO; ZILBERMAN, op. cit., p. 87.

⁴⁶ Para ver de forma mais aprofundada a criação da Revista do Brasil e a atuação de Lobato: LUCA, Tania Regina de. *A revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: UNESP, 1999.

⁴⁷ Ibid., p. 109.

⁴⁸ LOBATO, Monteiro. *História de uma viagem à terra do Brasil*. Prefácio da 1ª edição. In: AZEVEDO, Carmem L; CAMARGOS, Marcia; SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato: Furacão na Botocúndia*. 2001, p. 189-190.

⁴⁹ LOBATO, Monteiro. *Meu captivo entre os selvagens do Brasil*. Prefácio da 1ª edição. Rio de Janeiro: Companhia editora nacional, 1925, p. 4.

público este apanhado em linguagem bem simples e ilustrado por Wiese⁵⁰.

Considerações finais

As distintas publicações de um diário de viagem do século XVI, em fins do século XIX e ao longo do XX me fizeram questionar sobre os por quês e por quem esta obra estaria sendo lembrada e (re)significada. Esta lembrança atribuiu importância ao relato de Hans Staden como uma fonte capaz de dizer sobre os “primórdios” do Brasil no período da colonização, sobre a terra, os povos indígenas e seus costumes (como os rituais de antropofagia).

As (re)significações do livro de Hans Staden nos fazem pensar conceitos como o de tradução, onde, através do ato de traduzir, o material passa a ser lido e interpretado por num novo ou outro código cultural. Como vimos, nesse caso o livro passou também por uma “ordenação literária”, em que Monteiro Lobato buscou transformar a “tradução literal” e científica de Albert Löfgren, através do uso de uma linguagem facilitadora, dada por interpretação literária.

Desta forma, ao pensar as publicações do livro de Hans Staden no Brasil, em fins do século XIX e ao longo do século XX, suas (re)significações e elevação como um livro de grande importância na construção da história nacional, é necessário atentar para o caráter múltiplo que o diário acabou por adquirir.

181

Sobre a autora

Débora Meira dos Santos é mestranda no Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Sua pesquisa conta com uma bolsa de estudos concedida pelo Conselho Nacional de desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: s.deborameira@gmail.com.

Artigo recebido em 30 de abril de 2015.

Aprovado em 16 de junho de 2015.

⁵⁰ LOBATO, op. cit..